

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes

GT Deslocamentos Compulsórios

Brasília, 03 de abril de 2018

A segunda reunião do Grupo de Trabalho sobre Deslocamentos Compulsórios foi marcada pela diversidade de atores, presença de lideranças de comunidades tradicionais, representantes da sociedade civil, instituições financeiras, poder público, academia e empreendedores. As atividades foram divididas em dois blocos de debate, seguidos por um momento de trabalho coletivo para elaboração de recomendações a serem incorporadas às diretrizes.

O deslocamento de populações tradicionais foi um dos temas tratados pelo GT neste último encontro. A complexidade que envolve os processos de remoção e reassentamento destas populações foi abordada a partir da discussão de três casos representativos da diversidade da problemática na região amazônica, apresentados por lideranças de grupos atingidos: a implantação da base espacial de Alcântara (MA); unidades de conservação e mineração em Oriximiná (PA); e a instalação e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). Em seguida, os casos foram comentados pela professora Dulce Maria Pereira (Universidade Federal de Ouro Preto), que apontou importantes questões ao debate.

Danilo Serejo, liderança quilombola representante do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE, compartilhou com os participantes o caso das comunidades atingidas pela Base Espacial de Alcântara no Maranhão. As tratativas para instalação da base datam dos anos 1980, quando as primeiras comunidades foram deslocadas. Atualmente, somam-se mais de 30 comunidades removidas das áreas lindeiras ao mar, principal fonte de sustento das comunidades, e reassentadas em locais distantes em cerca de 20km do litoral, em terras comprovadamente impróprias para atividade agrícola. As primeiras fases do deslocamento (anos 1980 e 1990) foram marcadas pela baixa participação social, falta de mediação jurídica, descumprimento de acordos estabelecidos, gerando conflitos entre comunidades e empreendedores. O MABE surgiu em resposta a

esse cenário, ainda em 1999, com intuito principal de reunir as comunidades e ampliar as discussões sobre os impactos gerados pela implantação do centro de lançamento. O movimento, apoiado por antropólogos, identificou dezenas de comunidades quilombolas no município, encaminhando seu reconhecimento junto ao INCRA, que tituló as terras em 2008.

Atualmente o município de Alcântara tem grande parte de seu território certificado como tradicional quilombola. Desde 2008 negociações para expansão da base espacial foram retomadas, indicando avanço sobre as áreas tradicionalmente ocupadas, resultando em ações que tramitam judicialmente apontando o descumprimento da recomendação da convenção 169 da OIT, para realização da consulta prévia aos povos e comunidades tradicionais atingidos. A partir do caso de Alcântara, o MABE diagnostica como fatores relevantes no debate sobre deslocamentos compulsórios, a falta de transparência nos processos, pouca participação social, falta de consulta prévia, conflitos entre comunidades deslocadas e comunidades de destino, e o empobrecimento das famílias atingidas, fatos que agravam os impactos negativos sobre as comunidades.

O caso dos quilombolas atingidos pela mineração em Oriximiná (PA) foi apresentado por Ary Carlos Printes, representante da Associação Mãe Domingas, atuante na região do Alto Trombetas I. As populações tradicionais da região enfrentam conflitos com a mineradora de bauxita instalada nos anos 1960 e com o órgão gestor das unidades de conservação criadas em função da atividade minerária, já no final dos anos 1970. Cinco comunidades quilombolas ainda vivem no interior da Reserva Biológica Rio Trombetas e enfrentam processo caracterizado pela Fundação Cultural Palmares como fixação compulsória, sendo dificultada a circulação e a realização de atividades extrativistas no interior das mesmas. A situação reflete a ausência do reconhecimento de populações tradicionais nos locais impactados por grandes projetos, neste caso a implantação de unidades de conservação a partir da lógica do empreendimento, falta de diálogo e articulação interinstitucional para solução dos conflitos.

Por sua vez, representado por Edivaldo de Moraes, o Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte – criado pelos atingidos com apoio do Ministério Público Federal, da Universidade Federal do Pará e do Instituto Socioambiental, e reconhecido pelo IBAMA em 2016 – compartilhou com os presentes a problemática enfrentada pelos pescadores e ribeirinhos deslocados para a implantação da usina hidrelétrica. O conselho funciona como instância para reconhecimento, negociação coletiva e acompanhamento do processo de reassentamento dos ribeirinhos atingidos pela UHE, inicialmente realocados para áreas distantes do rio. Através de processo de auto reconhecimento, o conselho identificou 230 novas famílias que foram incorporadas pelo IBAMA nas listas de famílias a serem reassentadas. Preocupados com a preservação de seu modo de vida, os ribeirinhos através do conselho apontam para a importância da articulação interinstitucional em torno da construção de justa reparação às populações atingidas, com garantia de ampla participação social.

Remarcando a importância da não naturalização dos deslocamentos, a professora Dulce Maria Pereira (UFOP), reiterou como fundamental a necessidade de evitar ou minimizar os deslocamentos de populações tradicionais. A elementar relação entre estas populações e os territórios ocupados, bem como a dependência destes povos com os recursos naturais, torna traumático tais deslocamentos, gerando conflitos, perdas e danos materiais e imateriais às famílias atingidas. Formas próprias de organização social e especificidades culturais impõem complexidade adicional e necessidade de condições específicas para o deslocamento destas comunidades. Apesar de direitos territoriais constituídos, nacional e internacionalmente, violações são recorrentes, sendo frequente o não reconhecimento e a invisibilização dos povos atingidos. Para a professora faz-se fundamental que nos processos de deslocamento, uma vez que estes sejam inevitáveis, haja total transparência, comunicação efetiva e participação social, acesso à informação, garantia de processos de escuta em todas as etapas e de atendimento aos interesses e demandas dos atingidos. É essencial que Estado e empreendedores assumam postura ética, criando relações de confiança com as

famílias deslocadas, promovendo diálogo franco e reconhecendo lideranças comunitárias e movimentos sociais como atores importantes do território.

De acordo com Dulce, o compromisso com a qualidade dos resultados deve ser primordial, buscando condições que garantam a manutenção das redes de sociabilidade e sobrevivência financeira das famílias. Por fim, remarcou-se a importância do estabelecimento de espaços de articulação interinstitucionais para diálogo permanente entre atores, para busca de alternativas, avaliação e monitoramento dos deslocamentos.

A segunda rodada de debate trouxe para o grupo duas discussões importantes: uma delas diz respeito à complexidade dos deslocamentos urbanos, abordados a partir do caso da UHE Belo Monte, a outra tratou do processo de construção do decreto [7.342/2010](#), que institui o cadastro socioeconômico para fins de identificação dos atingidos por barragens.

Os deslocamentos urbanos causados pela UHE Belo Monte foram marcados pela falta de transparência, negociações bilaterais e pouca participação social no planejamento e decisões sobre as condições dos reassentamentos. Cerca de 8 mil famílias foram deslocadas na área urbana do município de Altamira, e pouco menos de 5 mil reassentadas nos bairros construídos pelo empreendedor. Organizações locais, apoiadas pelo Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), desenvolveram estudo sobre a satisfação social com relação às condições de vida nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs).

Márcio Hirata, do Instituto Rede Terra, que em parceria com a FVPP conduziu o estudo, compartilhou alguns resultados que apontam, entre outros elementos, para a insatisfação com a localização dos RUCs, baixa oferta de serviços saúde, educação, ausência de rede bancária, falta de transporte público, dificuldades no acesso às áreas centrais da cidade e à orla do rio Xingu, aumento do custo de vida e intensificação da violência. Embora satisfeitas com as casas oferecidas, há registros de reclamações sobre adequação à composição familiar, às condições

climáticas e ao modo de vida dos reassentados. O debate em torno do caso apontou para a necessidade de participação social a fim de buscar melhores condições para os reassentamentos, a necessidade de revisão dos padrões utilizados pelo Estado e empreendedores na valoração das benfeitorias das famílias e na avaliação da qualidade dos novos imóveis, além de fundamental definição de responsabilidades entre poder público e privado na condução dos processos.

Por sua vez, Ceicilene Martins, representando o MME, compartilhou com o grupo o processo de construção do decreto 7.342/2010, que trata da obrigatoriedade de realização do cadastro socioeconômico. O decreto foi construído também como resposta à pressão da sociedade civil organizada, com ampla presença do Estado, instituições financeiras e forte presença do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nas discussões para sua elaboração, e traz importantes avanços sobretudo no que tange ao debate sobre a definição de atingidos. Desta maneira, o decreto reconhece como atingido por barragens não apenas as áreas diretamente afetadas pelas estruturas do empreendimento (canteiros de obras, casas de força, reservatórios, entre outras), mas também áreas indiretamente atingidas, bem como àquelas à jusante dos empreendimentos, além de deslocados por questões econômicas. Ceicilene pontuou as complexidades enfrentadas pelo Estado no processo de implantação dos projetos hidrelétricos. A dificuldade de atuação conjunta e articulação interinstitucional para garantia de efetividade das políticas públicas, a falta de presença continuada do poder público, a ausência de planejamento adequado das intervenções e de estruturação antecipada dos territórios que receberão grandes investimentos, foram os principais desafios mencionados.

Os debates apontaram para a importância de ampliar as discussões sobre o conceito de atingido e para necessidade de aperfeiçoamento dos cadastros, dado que a rigidez das categorias empregadas e sua abrangência restrita dificultam a apreensão das realidades, deixando muitas vezes fora do cadastramento populações que se reconhecem afetadas. Questionamentos sobre o momento em que o cadastramento deve ocorrer também foram pontuados, trazendo a

preocupação com seu potencial gerador expectativas e pressões para desapropriações sobre a população.

Parte II – Trabalho em Grupos

Provocados pelos blocos de debate os participantes se dividiram em seis grupos de trabalho temáticos, a fim de discutir e construir recomendações para os processos que compõem os deslocamentos.

Planejamento das obras; estudos de impacto ambiental; cadastros socioeconômicos; negociações; reassentamento e recomposição dos modos de vida; e reparação integral dos danos, foram os temas aprofundados nos grupos, que trouxeram importantes aportes, detalhando processos e pontuando elementos centrais para elaboração das diretrizes.

Dentre as dezenas de recomendações propostas, específicas para cada tema, destacam-se algumas transversais reforçadas por todos os grupos: a busca de alternativas locais aos projetos de forma a evitar os deslocamentos; necessidade de efetiva participação social em todas as etapas e decisões; transparência das informações; efetivação da consulta livre, prévia e informada aos povos e comunidades tradicionais atingidos; reconhecimento amplo dos impactos e danos gerados; mediação jurídica e social dos processos; articulação interinstitucional para efetivação de ações; além da necessidade de construção de governança participativa do deslocamento desde as etapas de planejamento.

Como possibilidades para as próximas atividades do grupo de trabalho, destacam-se o desejo de continuidade deste espaço de debate, a possibilidade de construção de normativa que oriente a atuação dos distintos atores nos processos de deslocamento no âmbito nacional e a importância da ampliação das discussões com o engajamento de novas instituições.

As recomendações e as principais mensagens deverão ser incorporadas às diretrizes em processo de construção, de forma que estas reflitam o acúmulo dos encontros e discussões do grupo de trabalho.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião: Ary Carlos Printes e Eliene Santos (Associação Mãe Domingas); Bruno Marques e George Yun, (Ministério dos Transportes); Carlos Alberto Ramos Ansarah (Incra); Ceicilene Martins (Ministério de Minas e Energia); Danilo Serejo (Movimento dos Atingidos pela Base Espacial); Dulce Maria Pereira (UFOP); Edivaldo de Moraes (Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte); Felipe Ozores e Frederico Baião (Vale); Francisco de Assis Nascimento (CNDH / DPU); Gilberto Nascimento (Caixa Econômica Federal); Henrique Marques Ribeiro Silva (Ibama – DILIC); Márcio Hirata (Instituto Rede Terra); Laura Martins, Michele Fragoso e Flávia Lemos (DNIT); Mailson Cruz (estudante); Anderson Marques, Gustavo Nonato e Marta Bandeira (BNDES); Michele Oliveira (Instituto Votorantin); Olívia Cirne (ERM); Paulo Romai (Instituto Dialog); Rafael Amorin Machado (IPEA); Valeria Paye Pereira (Coiab); Thiago Acca (GDHeE – FGV); Tiago Cantalice (Fundação Cultural Palmares), além das equipes do FGVces e IFC. *Os participantes não necessariamente representam as visões de suas instituições*

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 130 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

Em março de 2017 foi lançado um conjunto de diretrizes sobre os temas: Planejamento e Ordenamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Crianças, Adolescentes e Mulheres; Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas; Capacidades Institucionais, e; Supressão Vegetal Autorizada.

A segunda etapa do projeto conta com esforço de difusão, implementação e internacionalização das diretrizes já construídas, bem como construção do GT-Deslocamentos Compulsórios, para elaboração de diretrizes específicas para este tema. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Saiba mais: <http://diretrizes-grandesobras.gvces.com.br>